

**Outorga de Direito de Uso de Recursos
Hídricos para Execução do *Projeto de
Integração do Rio São Francisco com as
Bacias Hidrográficas do Nordeste
Setentrional - PISF***

**Solicitação de Prorrogação do Prazo para
Início da Primeira Fase do Empreendimento
– Avaliação ANA (NT 018/2011/SER-ANA)**



Dezembro/2011

Breve Histórico da Outorga

- Fevereiro/2001 - Ministério da Integração Nacional – MI solicita Outorga Preventiva;
- Janeiro/2005 - Outorga Preventiva conferida pela Resolução nº 29, de 24/1/2005, com validade de três anos;
- Julho/2005 - MI solicita o Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOH e a conversão da Outorga Preventiva em Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos;
- Setembro/2005 - Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos emitida por meio da **Resolução nº 411, de 26/9/2005**, com validade de vinte anos; e
CERTOH emitido por meio da Resolução nº 412, de 26/9/2005.

Art. 4º - Condicionantes (Atendidas)

I – instituição, de acordo com o Termo de Compromisso assinado pelo Governo Federal e Estados receptores, do Sistema de Gestão do Projeto de Integração de Bacias, até 31 de dezembro de 2006;

Decreto Federal nº 5.995, publicado em 19/12/2006, instituiu o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – SGIB, do qual a ANA participa como Entidade Reguladora.

II – início da implantação física do empreendimento em até dois anos, contados da data de publicação desta Resolução;

Execução das obras iniciada em 2007.

Resolução ANA nº 411/2005

Art. 4º - Condicionantes (Não atendidas ainda)

III – início da operação da primeira fase empreendimento em até **seis anos, contados da data da publicação desta Resolução**; (Prazo: 26 de setembro de 2011)

IV – implantação, até o início da operação da primeira fase do empreendimento, da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento.

Lei nº 9.984/2000 - Art. 5º - Nas outorgas de direito de usos de recursos hídricos de domínio da União, serão respeitados os seguintes limites de prazos, contados da data de publicação dos respectivos atos administrativos de autorização:(...)

II – até seis anos, para conclusão do empreendimento projetado; (...)

§ 2º Os prazos a que se referem os incisos I e II poderão ser ampliados quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento justificar, **ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos**.

Ofício MI 286/2011

Pedido de prorrogação do prazo para início da operação da primeira fase do PISF

Recebido em 22/6/2011, mais de 90 dias antes do vencimento do prazo estabelecido no ato da outorga – Art. 4º, incisos III e IV da Resolução ANA nº 411/2005.

38. Pelas razões apresentadas, pois, nos termos do art.4º, Resolução ANA nº 411/2005, e com suporte no princípio de que a outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivo assegurar o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, o Ministério da Integração Nacional solicita alteração da condicionante III, prorrogando o prazo de início da operação da primeira fase do PISF por um período máximo de três anos.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ofício nº 286/2011 CGSIB/SIH/MI

Brasília, 22 de junho de 2011.

A Sua Senhoria
Vicente Andreu
Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas

Assunto: **Solicita alteração da outorga de direito de uso de recursos hídricos do rio São Francisco**

Senhor Diretor,

1. Visando manter o Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF em consonância com as conformidades legais exigidas, especificamente, a outorga pelo direito de uso de recursos hídricos do rio São Francisco, solicitamos alteração na outorga emitida em favor do Ministério da Integração Nacional para executar o PISF, objeto da Resolução ANA nº 411, de 22 de setembro de 2005.
2. Apresentamos em anexo, razões e justificativas que fundamentam tal solicitação.
3. Ao tempo que nos colocamos a inteira disposição para o que se fizer necessário, especialmente, quanto a informações adicionais, agradecemos antecipadamente

Cordialmente,


Fernando Bezerra de Souza Coelho
Ministro



Ofício ANA nº 995/2011 (Documento nº 18516/2011) – 20/07/2011:

- Informa ao MI que **configura-se o início da operação da primeira fase do empreendimento o momento em que for iniciada a prestação do serviço de adução de água bruta**, compreendendo a captação, transporte e disponibilização no ponto de entrega a ser definido pelo Ministério da Integração, **e a correspondente cobrança pela prestação deste serviço.**
- Ressalta que não foram identificadas todas as informações necessárias para verificar as condições de cumprimento do novo prazo proposto e solicita o encaminhamento de informações complementares no prazo de até 30 dias.

(definição do escopo da primeira fase, definição das demandas hídricas a serem atendidas na primeira fase, cronograma físico-financeiro das obras que devem ser concluídas para o início da operação, definição das entidades operadoras dos estados envolvidos e confirmação/revisão do prazo para apresentação do primeiro Plano de Gestão Anual).

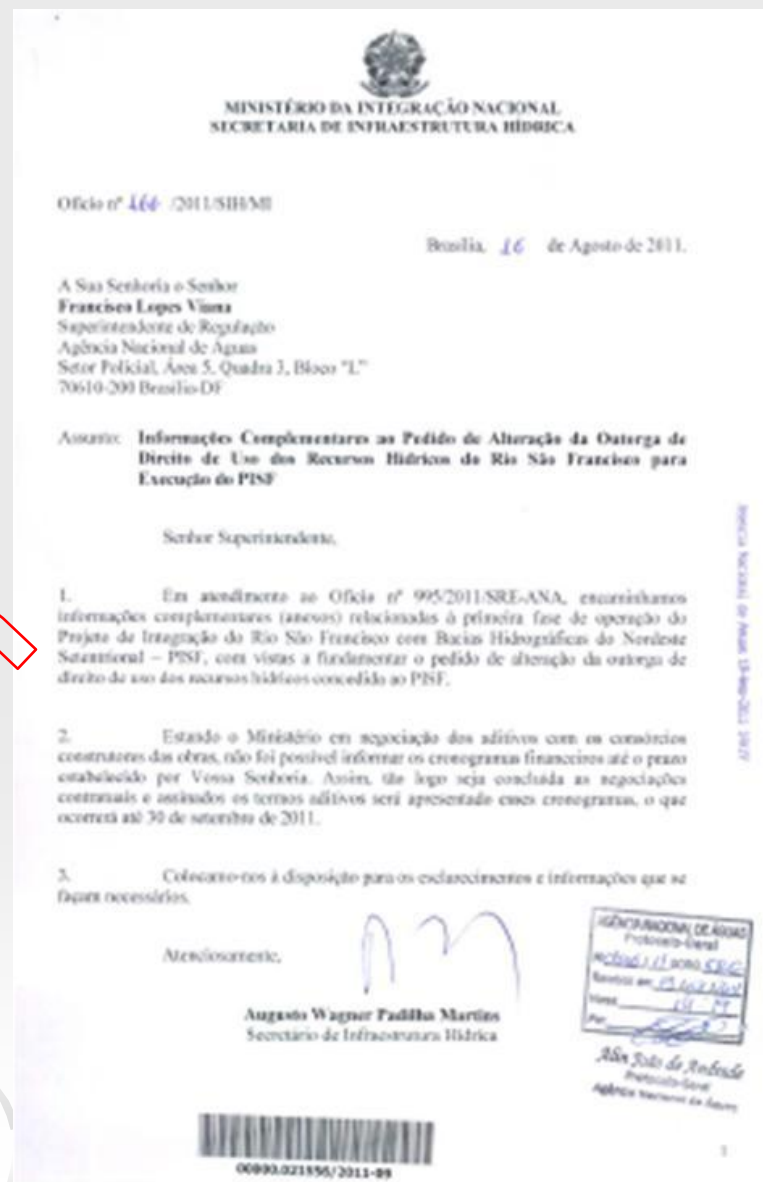
Informações complementares


Recebido em 19/8/2011 – Detalhamento das novas metas do Projeto.

Meta 2 - Início da operação com ponto de entrega e captação no Reservatório Barro Branco, disponibilizando água para o Ramal do Agreste – Prazo: 3º trimestre de 2014.

Eixo Leste:

- Meta 1: Piloto para operação com captação no Rio São Francisco e entrega no Reservatório Areias
Prazo: 4º trimestre de 2012
- Meta 2: Início de operação com ponto de entrega e captação no Reservatório de Barro Branco, disponibilizando água para o Ramal do Agreste.
Prazo: 3º trimestre de 2014
- Meta 3: Captação do Reservatório Barro Branco até Reservatório Poções
Prazo: Dezembro de 2014




MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

Ofício nº 166 /2011/SIH/MI

Brasília, 16 de Agosto de 2011.

A Sua Senhoria o Senhor
Francisco Lopes Vianna
Superintendente de Regulação
Agência Nacional de Águas
Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco "L"
70610-200 Brasília-DF

Assunto: **Informações Complementares ao Pedido de Alteração da Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos do Rio São Francisco para Execução do PSF**


Senhor Superintendente,


1. Em atendimento ao Ofício nº 995/2011/SRE-ANA, encaminhamos informações complementares (anexos) relacionados à primeira fase de operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PSF, com vistas a fundamentar o pedido de alteração da outorga de direito de uso dos recursos hídricos concedido ao PSF.


2. Sendo o Ministério em negociação dos aditivos com os construtores das obras, não foi possível informar os cronogramas financeiros até o prazo estabelecido por Vossa Senhoria. Assim, tão logo seja concluída as negociações contratuais e instruídos os termos aditivos será apresentado esses cronogramas, o que ocorrerá até 30 de setembro de 2011.

3. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos e informações que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Augusto Wagner Padilha Martins
Secretário de Infraestrutura Hídrica


AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
Protocolo 166/2011
Assinado em 16/08/2011
Assinatura: Augusto Wagner Padilha Martins
Assinatura: Augusto Wagner Padilha Martins
Assinatura: Augusto Wagner Padilha Martins


00093.021555/2011-09

Avaliação do Pleito

Razões e justificativas apresentadas pelo MI:

- Retardo inicial da implantação (licenciamento ambiental e outras providências legais);
- Retardo no andamento da obra (ajustes em projetos básicos, atraso em projetos executivos, desapropriações, autorizações para supressão vegetal, descobrimento de sítios arqueológicos e “excesso” de chuvas).

Porte, importância social e econômica e complexidade do empreendimento:

- 397 municípios;
- Centros urbanos regionais importantes, como Fortaleza/CE, Mossoró/RN, Campina Grande/PB, João Pessoa/PB, Recife/PE, Salgueiro/PE, Arcoverde/PE, Juazeiro do Norte/CE, Cajazeiras/PB e Sousa/PB;
- 12 milhões de habitantes (projeção para 2025 a partir do Censo IBGE 2000);
- 720 km de canais e reservatórios e mais 1.000 km de extensão de rios e açudes receptores das águas transpostas.

Avaliação do Pleito

Considerando o porte, a importância social e econômica e a complexidade do projeto, além das razões expostas pelo empreendedor, **concorda-se com o mérito de se ampliar o prazo para início da operação da primeira fase do empreendimento.**

Com base no detalhamento apresentado pelo MI, **considera-se a meta para início da operação da primeira fase do empreendimento no terceiro trimestre de 2014 compatível com o porte e a complexidade do empreendimento.**

Conclui-se pela possibilidade de ampliação do prazo para início da operação da primeira fase do empreendimento – cumprimento das condicionantes estabelecidas no Art. 4º, incisos III e IV, da Resolução de Outorga nº 411/2005 – até 26 de setembro de 2014.

Obrigado!



Patrick Thomas

Especialista em Recursos Hídricos
Superintendente Adjunto de Regulação

